



CAMPANHA GLOBAL PELA
EDUCAÇÃO
www.campaignforeducation.org



Relatório Sobre a Campanha Global Pela Educação Sétima Assembleia Mundial

22 a 24 de Novembro de 2022

Organizado Pela Campanha Global Pela Educação



ÍNDICE

Resumo & Estrutura	1
Exposição das Iniciativas Lideradas pelos Jovens e Estudantes	1
Discurso Oficial de Abertura pelo Presidente da CGE, Dr. Refat Sabbah	4
Ministra da Educação Fundamental da África do Sul, Sra. Angie Motshega	4
Vice Secretária-Geral das Nações Unidas, Sra. Amina Mohammed	5
Presidente do Sindicato Democrático dos Professores Sul-Africanos (SADTU), Mr. Mogope Maphila	5
Activista pelos Jovens e Estudantes a representar a Coalizão Nacional do Foro Dakar Honduras (FDH) e a Coalizão Regional Latino-Americana, Sra. Diana Ayala	6
Director da Futuros da Educação - UNESCO, Dr. Sobhi Tawil	6
Discurso Principal: Assessor Especial das Nações Unidas para a Secretaria-Geral sobre a Cimeira da Educação Transformadora, Sr. Leonardo Garnier	7
EMENDAS CONSTITUCIONAIS	8
GRUPO DE DISCUSSÕES DO FÓRUM POLÍTICO	9
Grupo de Discussão 1: Transformação dos sistemas de educação pública	9
Grupo de Discussão 2: Descolonização do Financiamento da Educação e Ajuda à Educação	11
Grupo de Discussão 3: Género, inclusão e interseccionalidade	13
Fórum de Política 4: Aprendizagem e Transformação Digital	15
Mensagem gravada da ECW: Directora da Educação Não Pode Esperar, Yasmine Sherif	18
COMUNICAÇÃO DA NOVA DIRECTORIA DA CGE	19
CGE ALÉM 2022: APRESENTAÇÃO DO PROJECTO DO PLANO ESTRATÉGICO 2022-2027	19
GRUPO DE DISCUSSÕES – FORTALECIMENTO DO TRABALHO DO MOVIMENTO ALÉM 2022	20
Grupo 1: Como trabalhar de forma mais eficaz através do Compartilhamento, Aprendizagem e Envolvimento dos Membros. Diversificação e Aumento de Membros, Rede e Reputação	20
Grupo 2: Como podemos fortalecer a credibilidade e legitimidade do movimento da CGE nos níveis nacional, regional e global e fortalecer a nossa responsabilidade e sustentabilidade?	22
Grupo de discussão 3: Como o movimento pode fortalecer sua representação e envolvimento em órgãos e fóruns internacionais para aumentar nossa influência e aumentar nossa voz colectiva?	23
Grupo 4: Como o activismo dos jovens e estudantes mudou e evoluiu? As estratégias e caminhos a seguir na organização dos jovens e estudantes dentro do movimento e além.	24
Comunicado da Presidência da CGE	26
Painel de debate sobre a acção intergeracional (substituição do painel de discussão)	26
CGE ALÉM 2022: Plano Estratégico, Integração da Discussão em Grupo de Discussão e Discurso de Encerramento	27
APRESENTAÇÃO E ADOPÇÃO DO MOVIMENTO E DOS RELATÓRIOS FINANCEIROS	28
CGE ALÉM 2022: DISCUSSÃO SOBRE A GAWE 2023	28
CGE ALÉM 2022: DEBATE E ADOPÇÃO DAS MOÇÕES POLÍTICAS	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS PELO PRESIDENTE DA CGE	30

Resumo e Estrutura

A Campanha Global pela Educação (CGE) é um movimento liderado por membros comprometidos com a realização do direito à educação. A 7ª Assembleia Mundial foi realizada em Novembro de 2022 em Johannesburg, África do Sul, com o tema “O Futuro da Educação Reimaginada”. A WA (Assembleia Mundial) reuniu mais de 270 delegados para debater uma ampla gama de questões relacionadas à educação universal, para determinar a direcção do movimento da CGE para os próximos quatro anos e para eleger o Directoria da CGE. O tema foi derivado da noção de que o sistema educacional actual não educa os alunos sobre as mudanças climáticas e a emergência ecológica, nem os prepara para um mundo socialmente mais justo, equitativo e que abraça a diversidade. Existe a necessidade de uma transformação completa e radical da aprendizagem e do sistema educacional mais amplo, para que a educação possa ser transformadora.

Na sessão de abertura, palestrantes de alto nível compartilharam suas percepções estratégicas sobre o estado da educação em todo o mundo, desafios e oportunidades e reflexões sobre o tema. Os debates do fórum político exploraram ainda mais o tema da Assembleia Mundial, relacionando-o com a conversa para os próximos dias e o posicionamento estratégico da CGE nos próximos quatro anos. As discussões do painel concentraram-se em como alcançar mudanças sistémicas nas quatro áreas a seguir: transformação completa dos sistemas de educação pública, descolonização do financiamento da educação, interseccionalidade, género e inclusão, digitalização da educação e uma visão geral do movimento. Os participantes compartilharam informações valiosas e reafirmaram os seus compromissos de conduzir a mudança transformativa desejada nestas áreas temáticas.

Além do exposto, a Assembleia Mundial (WA) proporcionou um espaço para os membros da CGE envolverem-se na revisão e proposta de alterações do plano estratégico (2023-2027). As emendas propostas foram distribuídas a todos os membros e discutidas durante o evento. Também foi discutido o Plano Estratégico da CGE 2023-2027, que define as metas, prioridades e objectivos do movimento. O Secretariado da CGE iniciou várias fases do desenvolvimento, que incluiu dois processos consultivos e uma pesquisa de membros e entrevistas. A Assembleia Mundial debateu e adoptou o plano estratégico proposto, que permitiu que os membros influenciassem o conteúdo.

Eleição dos novos Representantes e Presidente da Directoria da CGE

A eleição da nova Directoria da CGE foi um importante procedimento de governança realizado durante a Assembleia. Antes da reunião, os constituintes da CGE realizaram suas respectivas reuniões para nomear seus respectivos representantes para a Directoria da CGE. Durante a Assembleia, o Sr. Chris Weavers liderou uma breve sessão para reconhecer oficialmente a nova Directoria e anunciar o processo de nomeação para o Presidente. O Dr. Refat Sabbah foi reeleito sem oposição como Presidente da CGE com a participação de todos os representantes elegíveis dos membros da CGE na nomeação do Presidente. A Directoria da CGE é responsável perante os membros pela divulgação do plano estratégico acordado.



Exposição de Iniciativas Lideradas pelos Jovens e Estudantes

A 7ª Assembleia Mundial começou com a exposição das iniciativas lideradas por jovens e estudantes da África, Oriente Médio, América Latina e Caribe, Europa e América do Norte. O objectivo principal da sessão foi demonstrar a importância dos movimentos dos jovens e estudantes na campanha pela educação. Os palestrantes encorajaram jovens e estudantes a sindicalizarem-se para promover suas demandas por educação gratuita e de qualidade e compartilhar suas experiências e abordagens para influenciar políticas. Observou-se também que a raça estava relacionada à qualidade da educação no México, e o CADEM iniciou um projecto para apoiar os afro-descendentes mexicanos que careciam de recursos para prosseguir com os seus objectivos educacionais.

A sessão também discutiu o papel e o lugar da juventude africana na educação baseada em direitos, inclusão emancipatória e transformadora na era digital. Foi destacada a falta de educação digital na Nigéria, a alocação insuficiente de orçamento para a educação pelos governos e a participação dos jovens nos processos de formulação de políticas. O aumento do investimento em educação equiparia os cidadãos para lidar com os problemas sociais, mas é necessário fazer mais para envolver os jovens e os representantes estudantis em todo o mundo. A criminalização e marginalização dos órgãos estudantis no Zimbábue foi destacada.

Os jovens foram incentivados a promover a implementação das Declarações dos Jovens da Cimeira da Educação Transformadora em seus países, e o estado e outros actores devem buscar maneiras de fazer parceria com os jovens.

A sessão foi concluída observando que a educação era um ponto de partida para jovens e estudantes activistas mudarem o mundo. A exposição terminou com uma citação de Miriam Makeba e a mostra de um clipe inspiracional de música “Jain - Makeba (Official Video)”.



Discurso oficial de abertura pelo Presidente da CGE, Dr. Refat Sabbah



O Presidente da CGE, Dr. Refat Sabbah, abriu oficialmente a 7ª Assembleia Mundial e reconheceu a orgulhosa luta da África do Sul contra o racismo, a desigualdade, a discriminação e a exclusão. O COVID-19 impactou negativamente o trabalho da organização, mas a CGE emergiu da pandemia mais forte do que nunca para continuar a defender o direito à educação. O legado dos inúmeros professores e activistas educacionais que morreram durante a pandemia alimentou a determinação da CGE de transformar as escolas em espaços seguros onde as crianças possam brincar e aprender. O financiamento da educação deve ser motivado pela construção de sistemas educacionais que promovam os direitos humanos como um modo de vida, e o novo pacto global para o financiamento da educação deve ser baseado nos pilares da justiça tributária, da eliminação da dívida predatória e, do aumento progressivo, previsível e inovador do financiamento interno da educação.

O Presidente da CGE lamentou a falta de recursos e estruturas de mercado para a educação, bem como as restrições e criminalização de jovens e estudantes. Para fortalecer seu potencial de democratização, a educação deve oferecer abordagens gerais e flexibilidade para responder aos diversos estudantes e incluir todos em ambientes onde as pessoas são valorizadas pelo que são. O Presidente agradeceu à

Directoria e o Secretariado da CGE e ao Coordenador Global do Secretariado, Grant Kasowanjete, por fornecer uma estratégia para navegar em direcção a um mundo de solidariedade, justiça, prosperidade e paz.

Ministra da Educação Fundamental da África do Sul, Sra. Angie Motshega



A Ministra da Educação apelou por uma transformação radical da escola e do sistema educacional mais abrangente para restaurar a educação ao seu papel transformador. A África do Sul tem uma escassez crónica de competências técnicas de nível médio e uma crise de desemprego entre os jovens, com 3,4 milhões de jovens sem educação, emprego ou treinamento (NEETs). Para atender a isto, o ministério modernizou o currículo ao desenvolver o Quadro Vocacional e Ocupacional ou Modelo de Três Fluxos e está a estabelecer Focus Schools (Escolas de Especialização) em parceria com Autoridades Sectoriais de Educação e Treinamento e com a assistência do sector privado. A pesquisa mostrou que uma qualificação superior aumenta significativamente o potencial de ganhos de uma pessoa, com 38% daqueles com o ensino secundário completo ou Certificado Nacional Sénior como a qualificação mais alta sendo empregados, em comparação com 54% com nível educacional abaixo do ensino secundário. A África do Sul alcançou um nível de equidade na educação de raparigas e, está a mudar da ênfase aos meninos, para lidar com a alta prevalência de violência de género.

Vice Secretária-Geral das Nações Unidas, Sra. Amina Mohammed



A Sra. Mohammed apresentou uma mensagem em vídeo à Assembleia para discutir a Cimeira da Educação Transformadora da ONU de Setembro de 2022 e a necessidade de reimaginar a educação. Ela instigou a CGE a construir parcerias com movimentos de jovens e a movimentar-se em torno da demanda em aumentar o investimento na transformação da educação para proporcionar uma vida digna a todos.



Presidente do Sindicato Democrático dos Professores Sul-Africanos (SADTU), Sr. Mogope Maphila



O presidente da SADTU reconheceu os sacrifícios feitos pela liberdade da África do Sul e a responsabilidade de todos para realizar os seus sonhos. Em 2021, 80% dos alunos foram aprovados nos exames de admissão, 720.000 alunos receberam financiamento estadual para Educação Técnica Vocacional e Treinamento (TVET) em faculdades e universidades e 2,4 milhões de crianças frequentaram centros de desenvolvimento da primeira infância. O talento humano e a criatividade são fomentados por uma educação de qualidade, que contribui para a valorização pessoal e profissional. O direito a uma educação gratuita e de qualidade está consagrado na Declaração dos Direitos Humanos das Nações Unidas e na Constituição Sul-Africana. A tributação progressiva é um mecanismo de financiamento da educação, e cabe ao Estado fiscalizar e regulamentar o sector. Todas as barreiras à educação devem ser removidas e professores bem qualificados com treinamento adequado devem oferecer ensino de qualidade. O estado deve financiar treinamento de desenvolvimento profissional contínuo gratuito e orientação para professores.

Activista dos jovens e estudantes a representar a Coalizão Nacional Foro Dakar Honduras (FDH) e a Coalizão Regional Latino-Americana, Sra. Diana Ayala



A Sra. Ayala destacou a necessidade de solidariedade entre os jovens e os grupos liderados por estudantes dentro da CGE para defender a educação como um direito humano. Ela incentivou os membros jovens e estudantes a compartilhar os seus pensamentos sobre o tema da Assembleia Mundial da CGE e a participar activamente do espaço oferecido pela CGE para os jovens. Ela acredita que o trabalho dos jovens activistas não é valorizado o suficiente e que a CGE deve capacitar os constituintes, que inclui mais estudantes e jovens e que fornece uma plataforma para as vozes dos jovens. A América Latina tem muito a oferecer em termos de educação gratuita e de qualidade, mas há necessidade de espaços inclusivos para todos e oportunidades para as raparigas permanecerem na escola e concluírem seus estudos.

Director da Futuros para a Educação da UNESCO, Dr. Sobhi Tawil



O Dr. Tawil apresentou o *relatório Futuros para a Educação - um novo contrato social* publicado em Novembro de 2021, como uma referência fundamental para o processo da Cimeira da Educação Transformadora (TES). O relatório sugere a necessidade de renovar o contrato social para a educação, que inclui a visão, propósito, valores e novos arranjos de governança que definem a contribuição dos vários grupos envolvidos na educação como um bem comum. Também destacou a importância da cooperação solidária entre estudantes, jovens, professores e outros públicos. O debate público sobre o relatório, a advocacia e a pesquisa para transformar a educação foram incentivados e os membros da CGE foram convidados a participar do processo de transformação da educação.

Discurso principal: Assessor Especial das Nações Unidas da Secretaria-Geral para a Cimeira da Educação Transformadora, Sr. Leonardo Garnier



O Sr. Leonardo Garnier observou em seu discurso de abertura que a África do Sul ensinou muito ao mundo sobre a dignidade humana. Além do golpe que o COVID-19 causou nos sistemas educacionais em todo o mundo, ele lamentou que o mundo esteja a enfrentar uma crise tripla na educação em 2019 de equidade, qualidade e relevância.

Para enfrentar estas crises, o Sr. Garnier sugeriu reimaginar e transformar a educação para apoiar os alunos em quatro capacidades principais:

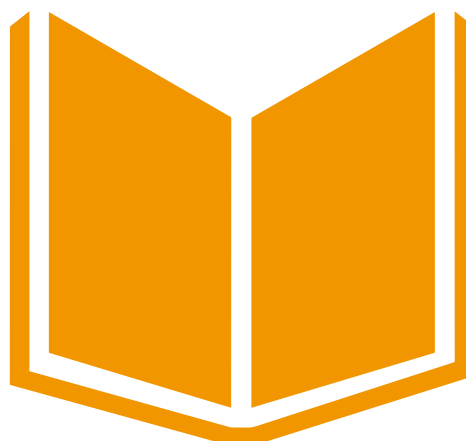
1. *Aprender a aprender.* Os alunos precisam desenvolver habilidades de leitura e escrita, matemática, conhecimento digital e científico e desenvolvimentos sociais e emocionais para lidar com a complexidade num mundo incerto.
2. *Aprender a fazer.* a educação deve evoluir para preparar os alunos para o futuro, que inclui as economias ecológica, digital e de assistência.
3. *Aprender a viver juntos.* A educação deve promover o respeito aos direitos

humanos, igualdade de género, ética, justiça, responsabilidade civil e valorização da diversidade para ajudar os alunos a viverem melhor uns com os outros e com a natureza.

4. *Aprenda a ser.* A educação é essencial para aprender a viver bem, aproveitar a vida e levar uma vida saudável.

Para atingir os objectivos educacionais, escolas, professores e recursos de aprendizagem devem ser modificados para serem seguros, saudáveis, inclusivos e estimulantes. A revolução digital tem o potencial de transformar a educação, mas não deve exacerbar as desigualdades. O Sr. Garnier enfatizou a necessidade de investimentos adicionais na educação para torná-la mais equitativa e eficiente. Os países de alta renda representaram 63% do orçamento educacional global, mas educaram apenas 10% das crianças do mundo, enquanto os países de baixa renda usaram apenas 8% do investimento global em educação para educar 50% das crianças do mundo. A educação é uma saída para as armadilhas da pobreza porque as armadilhas da pobreza restringem a capacidade de investir em educação.

Para escapar destas armadilhas da pobreza, seria necessária uma visão e um movimento capaz de alterar o equilíbrio do poder: aumentar os salários, aumentar a produtividade, expandir e melhorar a educação, fazer uso sustentável dos recursos naturais e fortalecer as instituições políticas. A educação deve desempenhar um papel fundamental nesta transformação.



Comentários e perguntas da plenária:

- Como os orçamentos governamentais podem priorizar melhor a educação?
- A educação reflecte a sociedade e para transformar a educação, é necessário compreender as causas profundas do terrorismo e da guerra civil e reimaginar a sociedade.
- A necessidade de uma educação mais acessível para permitir que os indivíduos continuem os seus estudos enquanto sustentam suas famílias.
- Como os membros podem transformar a educação em nível pessoal e local?

O Sr. Garnier respondeu aos comentários ao observar que ninguém negaria a importância de uma boa educação, mas que o financiamento desta educação era discutível. Na Costa Rica, um programa de financiamento de DPI foi descontinuado quando profissionais de renda mais alta recusaram-se a pagar mais impostos para financiar o DPI gratuito para aqueles com renda mais baixa. Para lidar com a desigualdade económica, a educação de todos os cidadãos deve ser financiada, os impostos pagos pelos assalariados de alta renda e os membros da CGE devem criar uma demanda e conceder acesso ao sistema político àqueles sem voz. Ele destacou que a educação é um direito humano, como todos os outros direitos humanos, e deve-se lutar por ele.

EMENDAS CONSTITUCIONAIS

O membro da Directoria da CGE, Sr. Chris Weavers, dirigiu uma sessão fechada para considerar duas emendas submetidas à consideração da Assembleia: a emenda constitucional do título de Coordenador Global e a limitação do mandato do membro da Directoria. Os constituintes da INGO retirou uma emenda referente a um novo estatuto que delineava o envolvimento da INGO com a Directoria da CGE, o Secretariado e o movimento geral da CGE. A Directoria determinou que a alteração dos estatutos da CGE poderia acomodar um pedido de emenda constitucional para conceder direitos de expressão oral (fala) aos participantes que representam constituintes com assentos vagos na Directoria.

Emenda 1: Título do Coordenador Global

A representante dos constituintes da INGO na Directoria da CGE, Nafisa Baboo, propôs que as referências ao título de Coordenador Global na constituição fossem alteradas para Chefe do Secretariado. A Directoria esclareceu que 'chefe do secretariado' não era um cargo, mas sim uma descrição de função. No entanto, postos e cargos de pessoas que reportam-se à Directoria não podem ser referenciados na constituição porque não foram nomeados pela Assembleia, nem devem satisfação para com a Assembleia, mas perante à Directoria. A matéria foi colocada em votação e 38 membros votaram a favor da emenda, enquanto 40 membros votaram contra. A emenda proposta não atendeu ao requisito de dois terços para emenda constitucional e adopção.

Emenda 2: Limite do Mandato dos Membros da Directoria

A representante dos constituintes da INGO na Directoria da CGE, Nafisa Baboo, propôs uma emenda à Constituição que limita o mandato dos membros da Directoria a dois mandatos consecutivos. A emenda foi inicialmente proposta pela Light for the World e discutida pela Directoria, que concordou com a linguagem proposta pela ASPBAE. Todos os 80 membros votantes apoiaram unanimemente a emenda, que recebeu os dois terços dos votos exigidos para emenda constitucional e adopção. A emenda entrará em vigor na 8ª Assembleia Mundial em 2026 e não terá impacto na eleição dos membros da Directoria na actual Assembleia Mundial.

GRUPO DE DISCUSSÕES DO FÓRUM POLÍTICO

Grupo de Discussão 1: Transformação dos sistemas de educação pública.

Os objectivos da discussão foram chegar a um entendimento comum e identificar áreas críticas da educação que precisam ser transformadas dentro e ao redor dos sistemas educacionais para alcançar o ODS4 e garantir o direito de todos à educação. O trabalho foi feito em coalizões nacionais, respectivas organizações, sindicatos de estudantes, sindicatos de professores etc., que posiciona as organizações de maneira ideal para o início do novo ciclo de quatro anos da CGE. O Novo Plano Estratégico inclui a transformação na educação como um dos pilares.

Apresentação sobre a transformação do sistema de educação pública, Dr. Sobhi Tawil

O Dr. Sobhi Tawil definiu os termos 'educação pública' e 'transformação', e fez a distinção entre transformação e educação transformativa (ensino e aprendizagem). As declarações de compromisso da Cimeira da Educação Transformadora destacaram as questões de exclusão e exclusão socioeconómica, exclusão baseada em género, exclusão baseada na desigualdade, exclusão baseada em deslocamentos, status de minoria e políticas linguísticas. Para garantir que os excluídos ou analfabetos tenham acesso à educação, é necessária uma transformação do sistema.

Os governos dos países devem buscar soluções além do sector educacional, e a participação da sociedade civil deve ser enfatizada e considerada como vital. O Dr. Tawil enfatizou a importância da educação ecológica, que inclui temas como protecção ambiental, conservação da biodiversidade e mudança climática, no contexto da discussão sobre a revisão dos conteúdos e métodos curriculares. As competências fundamentais dos alunos devem ser melhoradas e as condições de trabalho dos professores devem ser abordadas com urgência.



Apresentação para destacar a visão do contexto da América Latina, Sra. Nelsy Lizarazo

A efectivação do direito à educação deve ser exigida dos governos, pois não pode ser substituída por nenhuma outra categoria. Os sistemas públicos de educação geram disparidades de desenvolvimento e carecem de infra-estrutura básica, como electricidade, abastecimento de água, esgoto e carteiras escolares. Para transformar os sistemas de educação pública, um senso de educação transformadora deve ser abordado. CARE, um conceito desenvolvido por feministas na América do Caribe, prescreve que é importante escolher apoiar a vida e colocá-la no centro de todas as acções. Todos merecem viver, praticar o auto cuidado e cuidar do meio ambiente e de outros seres vivos.

Um sistema educacional público transformador deve ter como premissa modificar substancialmente nossas vidas em nome da justiça social. Para alcançar o ODS4 e garantir o direito à educação para todos, é preciso transformar a institucionalidade fragmentada, sistémica, tecnocrática, burocrática e rígida dos sistemas públicos. O currículo deve ser alterado para enfatizar o cuidado com o planeta, a educação ecológica, a paz, as questões de género e a descolonização dos sistemas escolares. Também é necessário ter governos fortes, porém flexíveis, que escutem as realidades de seus cidadãos e implementem políticas públicas adequadas. Narrativas e linguagens que não correspondem a algo transformador devem ser ajustadas. Os participantes compartilharam diversas percepções através de reflexões e experiências com ênfase nacional, regional ou global em resposta às questões importantes relativas à compreensão das áreas críticas da educação que devem ser transformadas.

Perspectivas sobre como transformar os sistemas educacionais para alcançar o ODS4 e garantir o direito à educação para todos:

A CGE deve estar preparada para uma crise antes que ela ocorra, como demonstrou o COVID-19. A educação é mais do que apenas o direito de frequentar a escola, mas também o direito a uma vida digna e com justiça social. As comunidades devem ser sensibilizadas para a importância de cuidar das escolas, e a distinção entre escolas apoiadas e não apoiadas pela comunidade deve ser clara. Os países devem avaliar regularmente se o seu sistema educacional atende às necessidades dos alunos, professores e da comunidade. O bem-estar e o treinamento dos professores devem ser priorizados para permitir a transformação.

O direito humano à educação é garantido nos países desenvolvidos, pois seus governos estão alinhados com os direitos humanos dos seus cidadãos. Portanto, as organizações internacionais devem ver a educação não apenas como um bem público, mas também como um direito humano. É necessário avaliar como as crianças marginalizadas podem ser educadas para tornarem-se membros activos da sociedade, e a CGE deve emitir declarações numa linguagem que todos possam entender. Os sistemas educacionais actuais contribuem para a desigualdade e a injustiça globais, portanto, são necessárias maior abertura, flexibilidade e adaptabilidade. A transformação dos sistemas é necessária para transformar a educação, e inclui clima, paz e questões de género nos currículos. Nações fortes e estados centralizados precisam garantir a participação pública e a resiliência política. Agora, cabe a cada país determinar seu próprio percurso.

O Dr. Tawil destacou a necessidade de condições de trabalho para os professores e a escassez de professores na África Subsaariana e nos países árabes, e incentivou os membros a considerar se a CGE aborda questões de conteúdo político e políticas relacionadas à transformação da educação. As línguas locais devem ser oficialmente reconhecidas para serem ensinadas e faladas nas escolas. A Sra. Wulff concluiu ao observar que a transformação da educação é política.



Grupo de Discussão 2: Descolonização do Financiamento da Educação e a Ajuda à Educação

O objectivo principal da sessão foi chegar a um entendimento comum sobre a descolonização do financiamento da educação e identificar áreas críticas para o trabalho de advocacia e campanha da CGE. Um vídeo intitulado 'Africa for Norway' foi mostrado para depreciar da direcção Norte-Sul da ajuda internacional, o poder dos doadores internacionais e o resgate branco. A narrativa que retrata a África como um país que prejudicou a colaboração transfronteiriça frutífera, pois era a priorização dos gastos e o que determinou como os governos gastavam as receitas que impediam a provisão de uma educação pública de alta qualidade.



Principais conclusões, lições e recomendações sobre a descolonização do financiamento da educação

Argumentou-se que a descolonização do financiamento da educação era essencial, e a agenda da Cimeira Transformadora da Educação (TES) da ONU enfatizou a importância dos impostos no financiamento da educação. No entanto, não houve pressão sobre os Ministros das Finanças para reformar os sistemas fiscais. Para moldar a política tributária e conter a saída ilícita de fundos para paraísos fiscais, é necessária uma revisão global de como as regras tributárias são definidas e uma mudança na convenção tributária da ONU. O FMI frequentemente recomenda reduzir os gastos públicos e congelar os salários do sector público para pagar o serviço da dívida internacional, que muitas vezes excede os gastos com saúde e educação. Isto tem impactado os professores, o maior grupo do sector público, pois as dívidas contraídas são executadas, ao contrário das dívidas climáticas, que são inexecutáveis. Os Ministros das Finanças são instados a adoptar uma estratégia de longo prazo de investimento na educação, que substitui os projectos de curto prazo pelos de longo prazo com vistas nas mudanças da legislação e dos orçamentos nacionais.

Além do que já foi mencionado, a receita tributária é a única maneira de financiar a educação de forma independente e sustentável e descolonizar a educação. Fornece uma fonte estável e confiável de receita e pode ser usada para redistribuir a riqueza e alcançar a equidade, bem como regular o consumo de bens. Os doadores prescrevem como a ajuda deve ser investida, mas foi demonstrado como é ineficaz focar apenas numa etapa da educação de uma criança, e ignorar as outras. Além disto, observou-se que os credores pressionaram os países a cortar gastos durante a crise da pandemia do COVID-19 nos sectores de serviços sociais. No entanto, o pagamento da dívida continua a consumir a maior parte do orçamento do governo que poderia ser mais bem alocado aos serviços sociais. É necessário buscar mecanismos de alívio da dívida para aliviar os países altamente endividados. As parcerias público-privadas aumentam o custo dos projectos, e resultam em menos empregos e menores retornos. Portanto, à luz destas considerações, a principal recomendação é que a mobilização tributária doméstica seja adequada para descolonizar o financiamento da educação.

Além disto, a mobilização de recursos domésticos é importante para descolonizar o financiamento da educação, mas os fluxos ilícitos e a evasão fiscal precisam ser resolvidos para aumentar o capital de receitas fiscais. A recomendação é que os governos nacionais gastem de 15 a 20% dos seus orçamentos em educação, e a ajuda internacional deve ser proporcional. Os governos devem usar a ajuda internacional para pagar os salários dos professores, e os países devem empregar taxaço progressiva, concentrando-se nos altos impostos para os ricos e multinacionais. Os Ministros das Finanças devem ser convidados a ter participação nos principais processos de tomada de decisões sobre a educação e nos fóruns de discussão de políticas. A Coalizão Global pela Educação (CGE) deve fazer parceria com as coalizões fiscais e de dívida existentes em vários países para defender a taxaço progressiva e o aumento da receita tributária.

A maioria dos países africanos poderia financiar adequadamente os seus orçamentos de educação se as mineradoras estrangeiras pagassem impostos corporativos justos. O desenvolvimento de competências através da educação permitirá que os países agreguem valor ao processar os seus minerais ao invés de exportá-los em sua forma bruta.

Mais recomendações sobre a importância em descolonizar o financiamento da educação e como a CGE deve abordar isto a nível global.

A CGE deve colectar e partilhar dados sobre a dívida internacional, envolver-se num diálogo político com os governos sobre o financiamento da educação, buscar o cancelamento e conversão da dívida e redireccionar os pagamentos de empréstimos internacionais para a educação. Deve advogar para que os governos recusem as condições de ajuda educacional desfavoráveis, coordenar uma campanha para atingir os paraísos fiscais multinacionais e encontrar maneiras de envolver-se com o FMI e doadores mundiais para relaxar as condições associadas à ajuda educacional. A ligação entre a descolonização e o financiamento da educação deve ser entendida, como mostra o exemplo quando Israel apelou ao Ocidente por apoio na mudança do currículo da História da Palestina. A CGE deve fortalecer as campanhas de justiça fiscal, defender que todos os países ratifiquem o acordo de justiça fiscal e defender o financiamento adequado para todos os níveis de educação. Parcerias entre ONGs e ONGs locais devem ser incentivadas para ampliar a influência da CGE.

A CGE deve desenvolver especialização a nível de país através de treinamento em acompanhamento orçamentário. A descolonização do financiamento, da advocacia e da ajuda são questões críticas e é necessária uma mudança global. Os impostos também são um importante fluxo de receita, e políticas fiscais progressivas e justas são necessárias para garantir uma taxa justa de multinacionais e indivíduos ricos. A CGE deve apoiar as coalizões através da colecta de dados e análise e participar de diálogos sobre políticas. Os países pobres e de baixa renda devem ser incentivados a contrair empréstimos para investimentos produtivos no sistema educacional, e o financiamento deve ser destinado às atribuições interpessoais, como desenvolvimento de currículos e treinamento de professores para transformar a educação. Para garantir a dignidade, a CGE precisa garantir que a voz da sociedade civil seja fortalecida e que haja uma mudança no equilíbrio de poder do Norte Global para empoderar o Sul Global.

Grupo de Discussão 3: Género, inclusão e interseccionalidade

O objectivo principal da discussão foi identificar áreas prioritárias de trabalho sobre género, inclusão de deficiência e interseccionalidade para informar as posições políticas da CGE para advocacia e campanhas sobre igualdade e inclusão. O Dr. Versluys destacou a diferença de género na educação, e lições e experiências foram partilhadas sobre o projecto Rede Árabe pela Educação Cívica implementado na Jordânia. A Sra. Rigg apresentou sobre Inclusão, Comunidade da Primeira Infância e Práticas, que visa partilhar conhecimento, defender direitos, acelerar o progresso, inspirar mudanças e fornecer assistência educacional a crianças e jovens com deficiências. Para garantir a educação inclusiva para todos, os compromissos globais precisam traduzirem-se em acção imediata no nível de base e na identificação das melhores práticas.



Principais lições, lições e recomendações relacionadas às três perguntas a seguir:

1. *A tua coalizão, organização ou como indivíduo estás a trabalhar activamente nas áreas críticas identificadas? Há alguma organização que a CGE deva associar-se como aliada e colaboradora para advocacia conjunta e campanhas para transformar a educação?*

A advocacia global da educação deve conceituar, monitorar e avaliar concretamente as políticas educacionais em relação a ambos os resultados desejados. Sugere-se um plano de cinco anos e devem ser desenvolvidas medidas quantitativas e qualitativas de igualdade e inclusão de género. Ferramentas comuns para colectar dados precisos devem incluir análises conjuntas do sector e dos companheiros, e treinamento adicional é necessário para usar ferramentas, analisar dados e relatar medidas. Deficiência e género são áreas políticas distintas, e os membros da CGE devem implementar planos do sector educacional sensíveis ao género que sejam localizados e contextualizados.

2. *Como o movimento CGE deve promover a igualdade de género com ênfase especial na participação das mulheres nos processos de tomada de decisão, com as mulheres como sendo agentes de mudança nos processos de governança institucional?*

A CGE deve incluir mais pessoas com deficiência, mulheres e vozes jovens nas estruturas de liderança, garantir a inclusão de grupos representados de forma insuficiente nas políticas e na tomada de decisões, fortalecer sua advocacia e incluir rapazes, homens, pais e cuidadores de crianças com deficiência na conversa. Menos esforços simbólicos, menos suposições, mais integração e maior tomada de decisão são necessários para identificar áreas que precisam de ênfase e resolver as lacunas.

3. *Como o movimento CGE aumentará a participação de pessoas com deficiência e organizações de pessoas portadoras de deficiência em processos de tomada de decisão com pessoas com deficiência como sendo agentes de mudança nos processos de governança institucional?*

A inclusão é fundamental e deve ser visível publicamente. Cada constituinte deve incluir um defensor das questões de inclusão, género e deficiência. A CGE deve usar as redes existentes para identificar e atingir grupos que incluam os objectivos e a visão da CGE na abordagem diária. A integração dos objectivos da comunidade na CGE é necessária para envolver-se na tomada de decisões, consultas e derivar diferentes abordagens para a participação. O contexto, a cultura, as normas sociais e a abordagem à participação devem ser localizados e contextualizados.

As campanhas convencionais devem incluir género e deficiência e vincularem-se a outras redes para alavancar suas competências e experiência. Todas as deficiências, que inclui as sensoriais, as mentais e as físicas, precisam ser abordadas.

Os participantes classificaram o envolvimento e a acção da CGE em quatro áreas relacionadas a género e deficiência numa escala de 1 (ruim) a 4 (melhor): educação transformadora de género: 2.8, inclusão de deficiência: 2.4, interseccionalidade: 2.2 e LGBTQI+: 2. Sobre observações sobre como a pandemia do COVID-19 teve um impacto profundo no abandono escolar no mundo todo, a CGE deve defender a aprendizagem contínua para permitir uma segunda chance na educação e tomar acções de advocacia aberta e transparente sobre LGBTQI+.

A CGE deve combater o aumento da discriminação e do racismo contra os requerentes de asilo e os refugiados, e priorizar a igualdade, a equidade e a aceitação para garantir que todas as crianças tenham oportunidades educacionais iguais para atingir seu pleno potencial. A educação transformadora é essencial para desenvolver habilidades de pensamento crítico e para que os estudantes tornem-se cidadãos globais responsáveis.

Os participantes do grupo de discussão compartilharam a seguinte opinião:

O grupo destacou a necessidade de uma segunda chance na educação, especialmente para mulheres, raparigas e pessoas portadoras de deficiência, e encorajou as regiões a implementar o Planeamento do Sector Educacional Sensível ao Género (GRESPE). A CGE deve incluir vozes e modelos masculinos positivos, dar ênfase na educação de alta qualidade para adultos e aprendizagem contínua e identificar áreas de mudança necessária e ferramentas comuns para analisar dados qualitativos e quantitativos. As comunidades migratórias merecem consideração para inclusão, e aumentar a representação e participação exigiria a inclusão de pessoas portadoras de deficiência em posições de liderança a nível nacional, local e global. A CGE deve concentrar-se em incluir campeões de inclusão em cada grupo constituinte, localizar e fortalecer a capacidade de inclusão e transformação de género, identificar grupos-alvo que compartilhem a sua visão e integrar e definir objectivos de género e deficiência em todas as campanhas e actividades. A consulta no início das campanhas aumentaria o senso de responsabilidade e a aceitação.

Fórum de Política 4: Aprendizagem e Transformação Digital

O objectivo principal da discussão foi chegar a um entendimento comum e identificar as principais prioridades de advocacia e campanha sobre aprendizagem digital e transformação. Os palestrantes convidados forneceram contribuições de pesquisas em sete países africanos e um estudo em Burkina Faso. Os principais temas discutidos foram a educação durante a pandemia, a situação das escolas e o papel da tecnologia no ambiente escolar.

A pandemia fez com que os alunos não pudessem frequentar a escola, principalmente para as alunas nos países de baixa e média renda. A acessibilidade da educação digital é um desafio global e faltam dados sobre a adopção da tecnologia. Para melhorar a equidade na educação, os governos devem garantir que a apropriação da tecnologia não prenda-os aos sistemas e soluções, e as escolas precisam colaborar e tornarem-se centros de adopção de tecnologia multimodal.

O moderador, Sr. Gaire, pediu aos participantes que considerassem as seguintes questões para enriquecer a discussão:

- *Quais são as áreas críticas ou questões de preocupação relacionadas à aprendizagem e transformação digital que devem ser uma prioridade para o trabalho de advocacia e campanha da CGE sobre o financiamento da educação nos próximos quatro anos?*
- *As coalizões, organizações ou como participantes individuais, trabalham activamente nas áreas críticas identificadas e se talvez haja alguma organização que a CGE deva visar para associar-se como aliada e colaboradora para advocacia conjunta e campanhas sobre aprendizagem digital?*
- *Quais as experiências, lições e práticas a nível de país pode-se ver como um país específico introduziu mudanças políticas e mecanismos de responsabilidade sobre aprendizagem e transformação digital?*



Reflexões e destaques do grupo de discussão:

Em Burkina Faso, os alunos continuam a enfrentar desafios em casa devido ao uso ineficaz da EdTech. O rádio e a televisão provaram ser úteis, mas o acesso limitado à internet costuma ser um sério impedimento para o envolvimento em tecnologias e ferramentas de aprendizagem baseadas nas páginas electrónicas. As soluções devem ser contextual e culturalmente relevantes, e a preferência por uma abordagem multimodal para a educação baseada em tecnologia deve ser baseada na adopção universal. A CGE está bem posicionada para exercer influência, e um design digital baseado em pessoas deve priorizar o formato para os alunos mais vulneráveis da sociedade. Os professores precisam ser capacitados para garantir que não sejam ameaçados pela tecnologia, e as oportunidades interculturais podem ajudar a promover conteúdos curriculares diversificados e ricos. Além disto, a privacidade e a segurança precisam ser consideradas.

Os participantes também observaram os desafios enfrentados pelas escolas no Burundi durante a pandemia. A aprendizagem digital e a tecnologia na educação foram benéficas para os alunos, mas podem representar um desafio para os pais. Os governos podem manter a educação acessível quando usarem várias abordagens, e estabelecer mobilidade, e fazer a transição do papel para o sem-papel (documentos electrónicos) e a utilizar mídias mistas, como rádio e televisão. Três níveis de educação são afectados pela tecnologia do COVID-19: ensino básico (fundamental), secundário e superior. Deficiências de infra-estrutura e falta de fornecimento de energia estavam entre as disparidades observadas. Outros desafios incluíam a capacidade limitada das crianças e a falta de treinamento para monitoramento e avaliação. O acesso para alunos com deficiência visual e auditiva era limitado ou inexistente. É necessário planejar melhor o fechamento de escolas no futuro e lidar melhor com desafios como desastres naturais. O trabalho em equipe entre pais e professores é importante e a responsabilidade é importante. A educação precisa ser fornecida durante os períodos de pandemia e é necessária uma mentalidade de igualdade, ao considerar o financiamento e o orçamento. Os orçamentos precisam reflectir pesquisas e informações para evitar a duplicação de esforços e iniciativas.

Principais conclusões e lições

- A realidade digital veio para ficar, mas as políticas de TIC não contemplam a aplicação prática dos recursos digitais na sala de aula. A acessibilidade em áreas rurais requer políticas específicas para atender aos requisitos de aprendizagem, ensino e treinamento digital. Um delegado da Burkina Faso observou que um milhão de estudantes foram afectados pelo fechamento de 22% das escolas no seu país devido à pandemia. A tecnologia deve permitir a cumprimento do currículo em áreas remotas, e maneiras de ensinar crianças com deficiência visual através do WhatsApp devem ser consideradas.
- Embora a tecnologia tenha um impacto positivo na educação, as disparidades económicas significam que nem todos os alunos iriam beneficiar-se igualmente. As soluções de 'Ensino com Impacto' poderiam melhorar a advocacia, mas a interação humana permaneceu essencial. O estado falhou em ajudar as escolas a obter ferramentas digitais, e os professores tiveram de encontrar mecanismos engenhosos para superar os obstáculos. O estado deve ser pressionado a ajudar os alunos com deficiência visual e auditiva, e deve-se levar em consideração as diferenças de aprendizagem com base em género, acessibilidade, tecnologia e custo de conexão online (data) e dispositivos de TIC. O acesso universal à internet e à conectividade deve ser considerado, e uma forte liderança do governo é necessária para fornecer serviços de TIC actualizados e uma estratégia de educação combinada.
- A educação em Bangladesh foi interrompida pela pandemia e, sem treinamento, os professores tiveram de adaptarem-se à tecnologia. As crianças urbanas tiveram acesso ao aprendizagem digital, enquanto as crianças rurais perderam dois anos de educação devido ao financiamento inadequado e falta de tecnologia. Soluções do sector privado estão a ser promovidas, mas os pobres continuarão a enfrentar desafios e permanecerão marginalizados.



DIA 2: VISÃO E PRIORIDADES

O Presidente da Directoria da CGE, Sr. Samuel Dembele, abriu a plenária com a apresentação do plano estratégico 2023-2027, a comunicação da nova directoria eleita e discussões em grupo sobre como fortalecer o trabalho do movimento além de 2022. A sessão começou com mensagens gravadas dos parceiros estratégicos da CGE, Education Cannot Wait - ECW (Educação Não Pode Esperar) e Global Partnership for Education - GPE (Parceria Global pela Educação).

Mensagem gravada da ECW: Directora da Educação Não Pode Esperar, Yasmine Sherif



A Sra. Sherif enfatizou a necessidade de fortalecer as pontes entre os governos e os movimentos educacionais regionais e globais. As políticas educacionais devem reflectir as questões multifacetadas da mudança climática, transformação digital, áreas de conflito e inclusão de deficientes. Os governos devem alocar 10% dos seus orçamentos para a educação pré-primária e aumentar os salários dos professores. Campanhas globais são necessárias para fazer trabalho de influência por este financiamento. Para preservar a dignidade humana e garantir um futuro sustentável, o direito à educação deve ser central na política.

Mensagem gravada da GPE: Director Executivo interino da Parceria Global pela Educação, Charles North



A educação é essencial para atingir metas sustentáveis e realizar o potencial das crianças. Talento global é necessário para enfrentar desafios como aumento do custo de vida, erosão dos padrões de vida e orçamentos de educação mais apertados e em declínio. A pobreza de aprendizagem é estimada em 70%, e o COVID-19 causou uma perda maciça de aprendizagem e acelerou os índices de abandono. As raparigas são particularmente afectadas pelo casamento precoce e pela gravidez na adolescência. É necessária uma acção ousada para priorizar a educação e transformar o sistema educacional. Grupos da sociedade civil, activistas educacionais e sindicatos de professores são fundamentais para tornar a transformação em acção.

COMUNICAÇÃO DA NOVA DIRECTORIA DA CGE

O Sr. Weavers anunciou a nova Directoria da CGE e parabenizou os novos membros da Directoria, que foram indicados por cada grupo constituinte da CGE para servir como representantes constituintes.

1. Região da África: Faraja Kota Nyalandu e Gnelou Paul;
2. América Latina e Caribe: Sra. Nelsy Lizarazo e Sr. William Thelusmond;
3. ONGI: Tony Baker e Mercedes Mayol Lassalle foram eleitos;
4. Ásia-Pacífico: Ram Gaire e Jose Roberto Guevarra foram reeleitos;
5. Europa e América do Norte: Beathe Ogard foi reeleita enquanto ainda há vaga para o segundo assento;
6. Oriente Médio: Refaat Sabbah e Elsy Wakil foram reeleitos;
7. Profissão do Magistério (Pedagogia): Antonia Wulff foi reeleita. Existe uma vaga para o outro assento;
8. Jovens e Estudantes: Ester Simon foi reeleita, e Carmen Romero foi indicada como nova representante.

CGE BEYOND 2022: APRESENTAÇÃO DO PROJECTO DO PLANO ESTRATÉGICO 2022-2027

O Coordenador Global, Grant Kasowanjete, apresentou um projecto de plano estratégico aos membros da CGE que responde às suas demandas por metas realistas, mensuráveis e alcançáveis, através de um plano estratégico curto e simples. Os membros identificaram requisitos para inclusão no plano, que foram atendidos com sucesso, como uma análise das principais questões relacionadas à educação, advocacia clara e prioridades de campanha, uma estrutura lógica, monitoramento e avaliação, um plano de envolvimento de membros, uma estrutura definida de aprendizagem e responsabilidade, e uma descrição detalhada das funções do Secretariado e dos membros da CGE.

O novo plano estratégico concentra-se no crescimento da capacidade de movimento, sustentabilidade dos recursos, diversidade dos membros, visibilidade e crescimento de reputação e força de campanha e advocacia. Também incentiva uma maior liderança dos membros em grupos constituintes regionais e uma participação equitativa na advocacia e campanha, e maior responsabilidade sobre todas as estruturas do movimento CGE através de monitoramento e avaliação.

O Sr. Kasowanjete reconheceu que o COVID-19 reverteu os ganhos obtidos pela CGE nos últimos anos e lamentou que a redução dos fóruns tenha tido um impacto negativo nas campanhas e na participação da sociedade civil. Com os efeitos económicos globais do COVID-19 e recursos limitados, as metas do ODS4 podem não ser alcançadas.

O novo plano estratégico identificou três prioridades para campanhas globais e áreas de advocacia: transformação da educação, educação em emergências e crises e, financiamento da educação. Estes temas serão baseados na aprendizagem contínua, igualdade e inclusão, e uma ênfase nos professores e no ensino. A CGE identificou quatro objectivos estratégicos para reacender o movimento educacional global: aumentar a influência através de advocacia e campanhas, diversificar e aumentar a rede de membros, fortalecer a capacidade colectiva de influenciar, melhorar o apoio e aprendizagem dos colegas e fortalecer a sustentabilidade e a responsabilidade da CGE. Estes objectivos requerem a mobilização de recursos para garantir o apoio, a inclusão conjunta, inclusiva e intergeracional dos jovens, que fortalece a responsabilização globalmente e que torna todos responsáveis pelo cumprimento do plano estratégico.

Funções

Os membros da CGE são responsáveis pelo trabalho de advocacia e campanha nestas áreas temáticas, enquanto os constituintes contribuem para a realização do plano estratégico através do envolvimento e participação dos membros, apoio de companheiros, e uso das ferramentas e recursos da CGE, monitoramento, relatórios e lições aprendidas pelos resultados. A Directoria é responsável por mobilizar recursos, coordenar os capítulos regionais, garantir a implementação eficaz da estratégia e monitorar e supervisionar o Secretariado. O Secretariado desenvolverá e fará campanhas de ferramentas, materiais e recursos para os membros da CGE e supervisionará a advocacia, capacitação e disseminação de conhecimento.

O plano estratégico identificou resultados intermediários, como crescimento de reputação e maior influência, mobilização de pessoas através da advocacia para reivindicar o seu direito à educação, maior atenção e visibilidade da mídia e maior poder colectivo para influenciar políticas.

As principais áreas de monitoramento e avaliação do plano estratégico incluem relatórios anuais, revisão intermediária no segundo ano, medição de metas e resultados alcançáveis e garantia de que cada objectivo tenha indicadores de medição para ajudar a alcançar os resultados.

Um plano de etapas realizadas detalhado e mensurável para os anos de 2023 a 2027 foi desenvolvido e estará disponível para os membros. Estratégias de gestão e mitigação de riscos foram implementadas, mas a ligação entre o tema 'educação reinventada' e a estratégia deve ser esclarecida. A CGE deve priorizar a obtenção de dados alternativos para avaliação comparativa, identificar referências globais de boas práticas e remover qualquer linguagem pouco clara e ambígua do documento do plano estratégico. A África deve ter precedência nas campanhas do CGE, e medidas para reforçar o apoio nos países de renda média, como Namíbia e Botswana, estão em andamento.

GRUPO DE DISCUSSÕES – FORTALECIMENTO DO TRABALHO DO MOVIMENTO PARA ALÉM DE 2022

Grupo 1: Como trabalhar de forma mais eficaz através do Compartilhamento, Aprendizagem e Envolvimento dos Membros. Diversificação e Aumento de Membros, Rede e Reputação.

As três perguntas importantes a seguir guiaram as discussões nesta sessão:

- 1. Como os participantes avaliam o esforço colectivo e o progresso feito pela CGE e seus grupos constituintes na condução e cumprimento do trabalho colectivo do movimento, e por quê?*
- 2. Qual a melhor forma da CGE fortalecer a coesão, a coordenação e o senso de responsabilidade das suas iniciativas pelos membros actuais e a troca de conhecimento e aprendizagem?*
- 3. Como a CGE pode usar os avanços tecnológicos para diversificar os membros e criar alianças com grupos de interesse semelhantes?*



Os participantes observaram os seguintes pontos na discussão sobre a questão da classificação dos esforços colectivos da CGE e reflexões sobre os progressos alcançados:

- A Semana de Acção Global pela Educação (GAWE) é uma iniciativa significativa que reúne todos os membros da CGE para apoiar o tema e facilitar acções colectivas. A Assembleia Mundial da CGE foi uma boa oportunidade de trabalho colectivo, mas ainda há espaço para aperfeiçoamentos. Os participantes deveriam ser mais envolvidos e menos passivos, não houve tempo suficiente para consultorias e a Região Árabe progrediu melhor do que outras. A implementação deve ser medida na forma de um estudo comparativo, e a CGE deve medir a taxa de envolvimento e esforço dos seus membros nos seus processos para garantir que as acções da CGE cheguem e sejam informadas pelos membros-alvo. Há também a necessidade de fortalecer o apoio da CGE aos grupos constituintes para aumentar o impacto do movimento.

Em resposta à pergunta “Como a CGE pode fortalecer melhor a coesão, a coordenação e o senso de compromisso das suas iniciativas pelos membros actuais e a troca de conhecimento e aprendizagem?”, os seguintes pontos foram levantados pelos participantes:

- Envolvimentos e debates entre coalizões fortaleceriam a colaboração internacional, a participação global e um senso de compromisso sobre as actividades de aprendizagem da CGE. O tratamento justo de todos os membros e a adesão à constituição da CGE aumentarão a coesão em todos os níveis. As coalizões regionais e os grupos constituintes da CGE devem estar funcionalmente interconectados, e melhorias de coordenação são necessárias para permitir a participação plena dos membros e o compromisso com o espaço nas iniciativas da CGE. Organizações com problemas semelhantes devem colaborar através do Secretariado ou de uma plataforma dedicada. A CGE foi encarregada de melhorar os canais de comunicação e comentários para permitir a colaboração eficaz e o compartilhamento de informações.

- Um mecanismo de comentários é necessário para os membros da CGE, e a CGE deve actualizar continuamente a lista de discussão. Em consideração à diversidade dos membros, a CGE precisa ser sensível às lutas internas vivenciadas pelos membros da CGE que operam em diferentes países.

Os participantes observaram as seguintes sugestões na discussão sobre a diversificação dos membros da CGE e a criação de alianças:

- ACGE deve formar parcerias com entidades externas voltadas ou interessadas em educação, mas estas parcerias devem ser regidas por directrizes para a manutenção dos princípios da CGE. Parceiros de aliança sugeridos incluem organizações de pais e professores, associações de alunos, associações terciárias, órgãos de pesquisa e organizações de mídia. A CGE deve avaliar sua capacidade em atender tanto os novos membros quanto os membros existentes. O empoderamento económico deve desempenhar um papel na consideração da capacitação e diversificação da adesão/parcerias com entidades externas. Parcerias temporárias com organizações podem elevar o perfil da CGE sem interferir no objectivo de cada organização.

Grupo 2: Como podemos fortalecer a credibilidade e legitimidade do movimento da CGE nos níveis nacional, regional e global e fortalecer nossa responsabilidade e sustentabilidade?

A sessão buscou identificar estratégias para fortalecer o alinhamento e os processos organizacionais necessários para que as estruturas da CGE tornem-se agentes activos de mudança através da forte governança, transformação e recuperação do trabalho organizacional. Também procurou identificar e disseminar as melhores práticas para enfrentar os desafios organizacionais da CGE que afectam sua credibilidade e legitimidade.

Discussão em grupo:

Os detalhes mais importantes são os desafios à credibilidade, legitimidade e sustentabilidade da CGE como movimento. Isto inclui coordenar esforços nos três níveis de governança e estruturas organizacionais, comunicação entre os membros e a sociedade civil, envolver o público, jovens activistas e movimentos sociais, desenvolver e implementar monitoramento e avaliação que cumpram a prestação de conta dos companheiros e monitorar e avaliar a transformação da educação com medidas adequadas. A geração colaborativa de recursos apoiada pelos membros e o suporte dos membros também é necessária.

O desafio da credibilidade, legitimidade e sustentabilidade depende de muitos aspectos, que inclui a força e a credibilidade de todas as partes e níveis do movimento de forma holística. Os valores, integridade e equidade moral dos líderes são importantes, e o alinhamento dos valores dos líderes com os princípios do movimento é crítico. Os membros consistem em mais do que apenas as coalizões, os jovens e os outros sectores também são importantes. Para garantir a relevância, a agenda global de educação deve ter carácter local e os recursos devem ser amplos. O perfil da CGE é ineficaz e as conquistas precisam ser comercializadas. Algumas organizações carecem de fundos e recursos suficientes e o CLS é limitado pelos muitos desafios enfrentados em Angola.

Avaliação do desempenho do CGE:

Os participantes foram solicitados a avaliar o desempenho da CGE em oito áreas principais de credibilidade, legitimidade e influência de sustentabilidade. Isto incluiu a coordenação nos níveis nacional, regional e global, e demonstra forte liderança, em consultorias e comunicando-se com os membros da CGE, ao envolver as vozes dos jovens em todas as estruturas e processos, com o envolvimento de outros movimentos e a facilitar a mobilização colaborativa de recursos. Os resultados da pesquisa mostraram que a CGE tem feito um bom trabalho envolvendo os jovens, mas é necessário desenvolver uma teoria de mudança em fluxos temáticos com um plano de acção documentado. A visibilidade da CGE precisa ser melhorada, melhorando as sinergias entre os membros de todos os níveis, e os recursos precisam ser reforçados e mobilizados para garantir o apoio e capacitação das organizações membros.

Grupo de Discussão 3: Como o movimento pode fortalecer sua representação e envolvimento nos órgãos e fóruns internacionais para aumentar nossa influência e aumentar nossa voz colectiva?

O objectivo principal da discussão foi chegar a um consenso sobre a abordagem da CGE para a advocacia internacional e as contribuições das várias estruturas da CGE nos níveis nacional e regional. As discussões concentraram-se na análise de oportunidades e restrições, e explora as estratégias para impulsionar a diversidade e criar os vínculos eficientes para aumentar a influência do movimento.

1. *Como devemos garantir um melhor alinhamento destas importantes acções empreendidas nos níveis nacional, regional e internacional e garantir que elas integrem-se à agenda global de advocacia da CGE?*
2. *Que obstáculos precisam ser superados para alinhar os níveis de campanhas entre as organizações?*
3. *Que medidas devem ser tomadas para aproximar os níveis de relatórios do padrão para garantir a prestação de contas?*

A CGE está conectada globalmente e precisa incluir questões de preocupações sociais, clima e meio ambiente no seu plano estratégico para influenciar a política global e intensificar a advocacia. A acção é necessária para atingir seus objectivos, caso contrário, a advocacia de direitos estagnar-se-á.

Os movimentos educacionais devem lutar para ampliar e defender seus espaços, e a CGE serve como um corpo guarda-chuva para proteger indivíduos e membros que defendem o direito à educação. Para alcançar os objectivos juntos, sociedade civil, professores, governos e membros da CGE devem estar unidos.

As seguintes observações e sugestões foram feitas pelos participantes em resposta à pergunta para discussão: *Como a CGE deve garantir um melhor alinhamento das acções de advocacia realizadas nos níveis nacional, regional e internacional para que elas integrem-se à agenda global de advocacia da CGE?*

A representação nos eventos globais deve reflectir um movimento unificado com uma agenda compartilhada e posições políticas construídas e informadas pelas opiniões dos membros da CGE. Há também a necessidade de promover a advocacia e a aprendizagem contínua a nível global, tendo a ONU como protagonista. A CGE deve facilitar a participação de coalizões nacionais nos processos globais de advocacia, e manter os governos e a sociedade civil informados. É necessária uma representação visível na Cimeira dos Líderes do G7 para defender a educação, e a CGE deve ser representada em escala global por órgãos financeiros globais, como o Banco Mundial e o FMI. As parcerias em nível nacional precisam ser fortalecidas para abrir possibilidades de aumento do financiamento, e deve haver alinhamento entre a comunicação interna e externa da CGE. Às vezes, os membros precisam de assistência

financeira para participar de eventos.

2. Que obstáculos devem ser superados para alinhar os níveis de campanhas entre as organizações?

- A falta de coordenação e comunicação é um desafio em todos os aspectos. Isto resulta num fluxo de informações fraco e uma coordenação deficiente a nível nacional e regional.
- A feitura de comentários no nível de base requer uma maior compreensão dos processos em cada nível. Idioma, recursos financeiros e logística representam barreiras e restrições significativas.

3. Que medidas a CGE deve tomar para aproximar os níveis de relatórios do padrão para garantir a prestação de contas?

A CGE deve concentrar-se em relatórios nacionais e regionais que alimentem processos concretos, estabeleçam referências e acompanhem o progresso, desenvolvam fortes mecanismos de comunicação para conduzir e fortalecer parcerias e desenvolvam a capacidade de produzir ferramentas e relatórios de advocacia poderosos. A colecta de evidências a nível local impulsionaria o diálogo e o envolvimento.

Em conclusão, as recomendações que emergiram do grupo de discussão foram que a CGE deve priorizar a construção de uma advocacia transnacional e tomar acções conjuntas para defender o direito à educação para todos. A educação deve ser priorizada nos orçamentos globais, nacionais e regionais, e a CGE deve tomar acções tangíveis para proteger e defender o orçamento para a educação como um bem público. Os processos de denúncia devem começar no início do ano, e os actores nacionais devem ser trazidos para fóruns de nível global. O pacto de parceria deve identificar prioridades e fornecer evidências para aumentar o financiamento da educação, e esforços devem ser feitos para construir alianças entre sectores no Grupo Local de Educação e nos Círculos de Educação. A CGE também deve ter visibilidade no G7 e na COP28 e vincular a advocacia das mudanças climáticas à educação resiliente.

Grupo 4: Como o activismo dos jovens e estudantes mudou e evoluiu? Estratégias e caminhos a seguir na organização dos jovens e estudantes dentro e fora do movimento.

A discussão teve como objectivo destacar as descobertas e recomendações de políticas do relatório de pesquisa sobre os jovens “Definição dos espaços para a advocacia liderada por jovens e estudantes”. Também destacou outros relatórios de pesquisa de jovens e estudantes e o valor da pesquisa em fornecer mecanismos para a advocacia/emancipação de membros de grupos marginalizados. Finalmente, identificou formas de trabalhar para os movimentos dos jovens e estudantes no contexto de níveis profundos de medo e aumento da vigilância, criminalização e violência do Estado.

O relatório de pesquisa dos jovens “Definição dos espaços para a advocacia liderada por jovens e estudantes” destacou a mudança nas ferramentas e métodos de organização para o activismo de jovens e estudantes em plataformas online. Os desafios incluíam restrições de recursos e financiamento, mas as oportunidades incluíam o aumento da demanda por participação genuína e significativa em fóruns educacionais e a facilitação da solidariedade sem fronteiras. O relatório encorajou a mudança de um papel passivo para um papel activo como agentes de mudança e incentivou as organizações cívicas a facilitar a participação dos jovens no activismo pela educação. A CGE deve diversificar os membros das coalizões para permitir a participação dos jovens, fornecer uma plataforma para os jovens expressarem-se a nível regional num ambiente seguro e compartilhar as lições aprendidas uns com os outros.

Questões para consideração no grupo de discussão :

1. *Que estratégias os jovens e estudantes estão a implementar na organização, advocacia e activismo em diferentes contextos do movimento?*
2. *Como o movimento CGE pode responsabilizar os formuladores de políticas por recomendações de políticas sobre o envolvimento de jovens e estudantes?*
3. *Quais foram os avanços do movimento em direcção à saúde mental e o que mais pode ser feito?*
4. *Como o movimento CGE pode alavancar o acesso digital para os jovens e organizações estudantis?*

Principais conclusões, lições e recomendações:

Um representante dos jovens de Serra Leoa compartilhou os desafios educacionais enfrentados durante o COVID-19, que inclui a falta de tecnologia e infra-estrutura em áreas remotas. Um representante alemão dos jovens observou que o Norte Global tem a responsabilidade de ajudar o Sul Global. Stephanie Pena, uma candidata a PhD que pesquisa educação inclusiva em Granada, actuou anteriormente como voluntária na Peace Corp em Granada e organizou grupos de foco de discussão com professores de Granada sobre a transição mais eficaz para a plataforma digital. Um representante dos jovens da Tanzânia observou como as OSCs e ONGIs colaboraram para garantir que as crianças recebessem educação equitativa e de qualidade. Comitês compostos por policiais, assistentes sociais e professores foram formados para ajudar mulheres e crianças a alcançarem os seus direitos.

Os eventos apenas para jovens são essenciais para promover a unidade dentro do grupo de jovens. Os clubes foram estabelecidos para apoiar a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos, e as iniciativas futuras incluíram uma campanha para capacitar os jovens que vivem com HIV. A AASU apoiou o envolvimento dos jovens na tomada de decisões importantes, aumentou o investimento em infra-estrutura digital e desenvolveu parcerias para fóruns seguros. Carmen Romero, representante da Directoria da CGE para o grupo dos jovens e estudantes do Fórum Global dos Estudantes, mobilizou os alunos para realizar suas próprias pesquisas sobre activismo pela educação. Era necessária uma pesquisa feita por estudantes para estudantes, sobre como eles poderiam promover seus direitos educacionais, pois eles deveriam ser vistos como impulsionadores da mudança.

Além disto, as vozes dos jovens não são incluídas nas políticas de emergência, o que leva a um acesso limitado aos serviços de saúde mental e apoio psicológico para os jovens. Financiamento flexível pode proporcionar investimento em organizações dos jovens, mas a ênfase actual na educação primária exclui estudantes em instituições terciárias. A selecção feita pelos doadores dos jovens embaixadores que não representam um grupo constituinte deve ser abordada, e é necessário fortalecer as estruturas existentes dirigidas por jovens e estudantes. Para acabar com a divisão digital, abrir o acesso e criar plataformas digitais seguras, os governos devem consultar os jovens para estabelecer as suas necessidades e depois continuar através de um processo de monitoramento. Os jovens devem ser livres para buscar as suas próprias agendas.

DIA 3: PRIORIDADES E DEBATES POLÍTICOS

A Sra. Madeleine Zuniga, vice-presidente e representante da Directoria da CGE para a América Latina e o Caribe, deu as boas-vindas aos membros e destacou a importância das alianças e elogiou os membros da CGE pelo seu compromisso com a educação transformadora. Ela também reconheceu os membros jovens e estudantes por desafiar o *status quo*, aumentar a conscientização sobre as injustiças e alavancar a sua posição única para propor soluções. Foi assumido o compromisso de finalizar o plano estratégico com contribuições de todos os membros para orientar as actividades da organização até 2027.

Comunicado da Presidência da CGE

O processo de nomeação da presidência foi conduzido de acordo com os estatutos da CGE.

Estes estatutos estipulam que o candidato deve ser indicado por sua própria organização constituinte e duas organizações de apoio de outro grupo constituinte. A organização de apoio não deve ser representada na Directoria recém-eleita. A indicação foi enviada por e-mail ao Presidente da Directoria e o processo de votação foi electrónico. Os membros votaram no Dr. Refat Sabbah para ser o Presidente da CGE ao ser usado um sistema de votação preferencial, e os membros aplaudiram sua reeleição.

O Dr. Sabbah observou a importância do direito à educação e renovou seu compromisso de lutar pelos direitos dos refugiados, marginalizados, pobres, daqueles a quem foi negada a educação e das pessoas vivendo sob ocupação. Ele expressou o seu orgulho pela sua identidade palestina e enfatizou a necessidade de esforços colectivos para proteger o direito humano à educação. O director do programa parabenizou o Dr. Sabbah por sua reeleição e elogiou todos os membros da CGE pela escolha responsável feita na reeleição do Presidente.

Painel de debate de acção intergeracional (substituição do painel de discussão)

Robbie Guevara e Carmen Romero moderaram um painel de debate sobre mecanismos para integrar os jovens e estudantes nas estruturas de governança da CGE e nos esforços de advocacia nos níveis nacional, regional e global. O Sr. Romero apelou aos membros adultos para participarem ao lado dos jovens e estudantes como iguais na organização, enquanto uma mensagem em vídeo do representante dos jovens na região Ásia-Pacífico enfatizou a importância da saúde mental e bem-estar para indivíduos marginalizados. O coordenador dos Jovens da Jordânia destacou a situação desafiadora na comunidade árabe, e fez a observação do desapego dos jovens. Uma teoria de mudança com uma abordagem direccionada foi necessária para defender o direito à educação no mundo árabe.



CGE ALÉM 2022: Plano Estratégico, Integração do Grupo de Discussão e Discurso de Encerramento

O Secretariado da CGE facilitou um processo para os membros enviarem comentários por escrito e propostas de emendas ao plano estratégico 2023-2027. Doze membros enviaram comentários e o Directoria da CGE estabeleceu um comité para revisar e integrar os comentários e emendas.

Antes que o plano estratégico pudesse ser aprovado, era necessária uma revisão para acomodar as nuances da linguagem. As seguintes secções foram propostas para revisão: duas mudanças foram propostas para privatização e desvinculação pública. Duas emendas foram anotadas sobre discriminação contínua. Em termos de espaço cívico e envolvimento, os espaços digitais oferecem plataformas importantes para organização e activismo; um parágrafo seria acrescentado sobre o aumento do autoritarismo e a criminalização do protesto e a erosão das liberdades académicas. Na posição da CGE e na secção de valor agregado, foram feitas alterações para reflectir uma visão mais abrangente do movimento. Incluída entre as emendas estava uma lista de espaços associados ao ODS4. Na secção de sucessos e aprendizagem, foi feita uma alteração sobre a remoção do agente de bolsas. Nas prioridades de advocacia e campanha, foi proposto que houvesse uma referência adicional no primeiro parágrafo e as mudanças na caixa de texto foram anotadas, inclusive fazendo distinções que a Directoria precisará considerar.

A plenária solicitou a adição de 'jovens' a adultos, também princípio de aprendizagem contínua sob Solicitações Fundamentais. Sobre o tema da educação transformadora, várias emendas foram apontadas, entre elas, que as soluções digitais e tecnológicas não são as únicas soluções; também extensão de frase. Acrescentou-se o parágrafo associado à crise climática e à responsabilidade da educação. E uma adição do tema climático ao plano estratégico seria considerada. Foram observadas adições à tecnologia e oportunidades digitais e as propostas seriam combinadas com sentimentos semelhantes. Na liderança da educação e no espaço civil, houve uma proposta para uma nova secção chamada Educação de Qualidade sobre Mudanças Climáticas que incorpora vários pontos. Conjuntamente várias emendas foram anotadas no Exercício de Pressão para Mudança e um novo ponto foi anotado. Houve um acréscimo ao primeiro parágrafo sob Educação em Emergências e Crises. Uma mudança foi anotada em Nossos Pedidos ao Governo e Tomadores de Decisão e, novas propostas foram incluídas. A Plenária deverá incluir referência aos Sindicatos da Educação; mas nenhum processo para emendar as emendas, embora a Assembleia Mundial (WA) seja o órgão mais alto para tomada de decisão.

A proposta da plenária para considerar a combinação dos Direitos Humanos e Educação para a Paz foi considerada através do Fórum Global dos Estudantes e adoptada. Também foi proposto que o termo mercantilização fosse adicionado no último item no Financiamento da Educação. A proposta de Solicitações Fundamentais observou a adição de um aspecto do estudante como parte do plano. A proposta relativa aos estudantes e associações dos estudantes foi lida e o uso do termo 'sindicatos (uniões)' foi problemático para representantes da Guatemala, espanhóis e franceses. As associações dos estudantes podem ser descritas como associações ou organizações dos estudantes. O acréscimo de uma nova frase foi anotado nas Metas estratégicas e objectivos. Por fim, foi proposto que as repetições fossem excluídas nas principais acções estratégicas e a página 19 foi destacada.

Proposta 1:

Sobre educação e justiça nas mudanças climáticas (a Sra. Zehra Kaneez, Coordenadora Nacional da Coalizão de Educação do Paquistão) apresentou a emenda proposta pela coalizão nacional e regional em Asi e na região do Pacífico. Um terço do Paquistão ficou submerso devido a inundações. As emissões de carbono do Paquistão eram mínimas e foi sugerido que o custo da reconstrução deveria ser arcado pelas nações que eram grandes emissoras de carbono. A maioria dos votos foi favorável e a proposta foi ADOPTADA.

Proposta 2:

Estudantes e União dos Estudantes (Carmen Romero, Fórum Global dos Estudantes) apresentaram a necessidade de maior democracia na educação e o reconhecimento da contribuição significativa dos estudantes. A maioria dos votos foi a favor e a emenda foi ADOPTADA.

Proposta 3:

Houve uma proposta da plenária para adicionar o tema à secção Emergências Educacionais, visto que outras organizações têm este foco central e exigem alianças além do COPE27. A referência à mudança climática no contexto da justiça educacional não requer um tema separado; no entanto, as várias contribuições precisam ser acomodadas.

O Secretariado compilará uma versão final do plano estratégico para o período 2023-2027, que inclui todas as emendas propostas, com contribuições de todas as partes interessadas.

APRESENTAÇÃO E ADOÇÃO DE MOVIMENTOS E RELATÓRIOS FINANCEIROS

A Directoria da CGE, Comité de Finanças e Pessoal (FPC) revisou as demonstrações financeiras anuais da organização e as recomendou à Directoria da CGE para aprovação. As Demonstrações Financeiras Anuais foram apresentadas à Assembleia Mundial para adopção e os relatórios e o AFS estavam disponíveis no site da Assembleia Mundial da CGE. A maioria dos membros votou a favor da aprovação das Demonstrações Financeiras Anuais e o AFS foi aprovado pela Assembleia Mundial.

CGE ALÉM DE 2022: DISCUSSÃO SOBRE A GAWE 2023

A Semana de Acção Global pela Educação propôs quatro temas, com base no plano estratégico da organização 2023: Descolonização do financiamento da educação, educação transformadora em 2024, educação em emergências em 2025 e aprendizagem e transformação digital em 2026.

Um grupo consultivo de campanha será reunido pela CGE para discutir o tema de 2023 com base nas respostas da pesquisa. Os membros seleccionaram quatro dos doze temas sugeridos no plano estratégico. Save the Children propôs incluir crianças, jovens e estudantes na GAWE como um tema abrangente ou transversal. A plenária sugeriu que um pacote GAWE deveria ser desenvolvido para uso nas escolas, estes pacotes poderiam ajudar a envolver o público e a sociedade civil. O tema GAWE para 2023 deve estar alinhado com o relatório GEM que enfatiza a digitalização para 2023.

CGE ALÉM DE 2022 - DEBATE E ADOÇÃO DE MOÇÕES POLÍTICAS

A Assembleia Mundial da CGE oferece uma oportunidade para finalizar e actualizar o quadro político da CGE, particularmente em relação às questões identificadas no Plano Estratégico. O Secretariado da CGE facilita o processo de propor moções de política antes da Assembleia Mundial (WA), e duas moções de política foram apresentadas e aprovadas durante a sessão.

1. Moção Política da CGE sobre Austeridade e Restrições Salariais do Sector Público.
2. A Campanha Nacional pelo Direito à Educação (Brasil) apresentou moção a respeito do conceito de “educação transformadora”.

O Directoria da CGE estendeu o prazo de envio de moções políticas até 21 de Novembro de 2022, e dez propostas de moção política foram submetidas para consideração pela Assembleia. A Assembleia aprovou uma prorrogação de três semanas para o Secretariado facilitar o processo das moções políticas pendentes que foram convidadas a compartilhar suas propostas com a Assembleia para consideração e votação. As moções políticas foram apresentadas da seguinte forma:

- Moção 1:** Acompanhamento da Cimeira da Educação Transformadora (TES) proposto pela Education International, ENACE e Fórum Global dos Estudantes.
- Moção 2:** O papel da formação tecnológica na educação proposta pela CGE Noruega.
- Moção 3:** Apoio à educação de qualidade sobre mudanças climáticas para todos proposta pela União Europeia de Estudantes.
- Moção 4:** Educação sexual abrangente para todos proposta pela CGE Noruega, Campaña Latinoamericana por el Derecho a la Educación (CLADE), Coalizão Nacional de Educação da Zâmbia (ZANEC) e Coalizão da Educação do Zimbábue (ECOZI)
- Moção 5:** Estrutura abrangente sobre a segurança escolar 2022-2030 proposta pela Save the Children.
- Moção 6:** Envolvimento significativo dos sindicatos de estudantes de escolas e universidades proposto pelo Fórum Global de Estudantes.
- Moção 7:** Proteger os estudantes como activistas dos direitos humanos, proposta pela União dos Estudantes Europeus e pelo Fórum Global dos Estudantes.
- Moção 8:** Educação para a Aprendizagem dos adultos e o Quadro de Acção de Marrakech proposto pela Rede Árabe de Educação Popular (ANPE), Rede Árabe de Alfabetização e Educação de Adultos (ANLAE), Campanha Árabe pela Educação para Todos (ACAE), Rede Árabe para a Educação Cívica (ANHRE), a Associação Asiática do Pacífico Sul para a Educação Básica e de Adultos (ASPBAE) e a Campanha Latino-Americana pelo Direito à Educação (CLADE).
- Moção 9:** Moção política anti-racismo proposta pela Directoria da CGE, Education International e Light for the World.
- Moção 10:** A CGE para priorizar a educação anti-racista proposta pela Directoria da CGE, ActionAid, Education International, Light for the World.

A 7ª Assembleia Mundial foi adiada por três semanas para permitir que as dez moções de políticas fossem revisadas, discutidas e acordadas. As emendas deveriam ser traduzidas para os quatro idiomas e distribuídas aos membros. Os detalhes relativos às emendas e votação seriam finalizados fora da reunião e conduzidos pelo Secretariado da CGE.

DISCURSO DE ENCERRAMENTO DO PRESIDENTE DA CGE

O Dr. Sabbah agradeceu aos participantes, que incluiu os membros da CGE, parceiros educacionais, convidados especiais e palestrantes, por suas contribuições nos três dias de discussões produtivas na Assembleia Geral (WA). Ele enfatizou a necessidade de proteger a dignidade humana e garantir a liberdade de intimidação e instou os membros da CGE a continuarem os seus esforços para a descolonização do financiamento da educação. Ele também expressou sua gratidão ao Secretariado e Coordenador Global, Sr. Grant Kasowanjete, pelos seus esforços excelentes na organização de uma bem-sucedida 7ª Assembleia Mundial.



Lista de Acrónimos

AAI	ActionAid International
ACEA	Arab Campaign for Education for All
ADB	Africa Development Bank
ALE	Adult Education and Learning
ANCEFA	Africa Network Campaign for Education for All
ANLAE	Arab Network for Literacy and Adult Education
ASO-EPT	Coalition Nationale des Associations, Syndicats, Et ONG Pour La Campagne Ept
ASPBAE	Asia South Pacific Association for Basic and Adult Education
CLADE	Campaña Latinoamericana Por El Derecho a La Educación
CME	Campaña Mundial Por La Educación
CNDE	Campanha Nacional Pelo Direito À Educação
CADEM	Center for Afro-Mexican Studies Tembembe
CoPs	Communities of Practice
CDM	Civil Disobedience Movement
CSEF	Civil Society Education Fund
CSO	Civil Society Organisation
CAQ	Cost of Quality Education Per Student
E2030	Education 2030 Agenda
ECD	Early Childhood Education
ECW	Education Cannot Wait
EFA	Education for All
EFO	Education Financing Observatory
EiE	Education in Emergencies
EOL	Education Out Loud
Fundeb	Fund for the Maintenance and Development of Basic Education
GCE	Global Campaign for Education
GCE-US	Global Campaign for Education-United States
GCI	Gender at the Center Initiative
GEM	Global Education Monitoring
GIZ	Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit
GmbH,	German Development Agency
GPE	Global Partnership for Education
IBE UNESCO	UNESCO International Bureau of Education
IQEC	International Quality Education Conference
INGOs	International Organisations
KEL	Knowledge Exchange and Learning
LGBTIQ	Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender, Queer (Or Questioning), And Intersex
NFER	National Foundation for Educational Research
NECs	National Education Coalitions (NECs)
OC	Operational Component
OECD	Organisation for Economic Co-Operation and Development
OSF	Open Society Foundations
QEC	Quality Education Conference
RWCT	Reading and Writing for Critical Thinking
RESALDE	Red Salvadoreña por El Derecho a La Educación
RC	Regional Coalitions
SDG	Sustainable Development Goals
Sinaeb	National System for The Evaluation of Basic Education
TCF	Thinking Classroom Foundation
TEN/MET	Tanzania Education Network
TES	Transforming Education Summit
UIS UNESCO	UNESCO Institute for Statistics
UNESCO	United Nations Education, Science and Culture Organisation
UNGEI	United Nations Girls' Education Initiative
UNICEF	United Nations Children's Fund
WA	World Assembly
WASH	Water, Sanitation and Hygiene
YAR	Youth-Led Action Research
ZANEC	Zambia National Education Coalition





